

Boletim Temático

População Indígena no Nordeste

EXPEDIENTE

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Danilo Jorge de Barros Cabral

Diretoria de Administração

José Lindoso de Albuquerque Filho

Diretoria de Fundos, Incentivos e de Atração de Investimentos

Heitor Rodrigo Pereira Freire

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Álvaro Silva Ribeiro

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas, Avaliação, Tecnologia e Inovação

José Farias Gomes Filho

Coordenação de Avaliação e Estudos

Gabriela Isabel Limoeiro Alves Nascimento

Equipe Técnica Responsável

Gabriela Isabel Limoeiro Alves Nascimento (Coordenadora)

José Luís Alonso da Silva

Ludmilla de Oliveira Calado

Miguel Vieira Araújo

Teresa Maria Barbosa de Oliveira

Cynthia Maria Moraes de Queiroz Galvão

Edição

Andrea Pinheiro

Design e Diagramação

Gabriel de Lima Pontual



Boletim Temático População Indígena no Nordeste

Aprofundar o conhecimento sobre os povos indígenas do Nordeste brasileiro é essencial para garantir que políticas públicas sejam adequadas às suas realidades. O reconhecimento da diversidade cultural desses povos não apenas reforça sua importância na formação da sociedade brasileira, mas também permite a criação de iniciativas que respeitem e fortaleçam suas especificidades.

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988) representou um marco ao assegurar direitos territoriais e de cidadania aos indígenas, valorizando suas culturas tradicionais enquanto povos originários. Para que esses direitos sejam plenamente garantidos, a coleta e análise de dados precisos sobre suas condições de vida são fundamentais na formulação de ações que promovam inclusão, proteção e desenvolvimento sustentável.

A categoria "indígena" começou a fazer parte do Censo Demográfico IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apenas a partir do ano de 1991, anteriormente, os indígenas eram classificados como "caboclos" ou "pardos". Os dados a respeito das populações indígenas eram muito reduzidos, especialmente na região Nordeste do Brasil, marcada pela extrema pobreza e pela omissão histórica dos povos nativos locais.

Apesar das limitações e desafios encontrados, os primeiros Censos Demográficos contribuíram significativamente para a diminuição da invisibilidade estatística dos povos indígenas e para a compreensão de sua pluriculturalidade. Nos anos posteriores, a estratégia metodológica dos Censos Demográficos foi gradualmente aprimorada, e repercutiu de maneira mais ampla a realidade destas populações.

Segundo arquivos da ENAP (Fundação Escola Nacional de Administração Pública), pesquisas relatam que no período colonial, durante a chegada dos europeus ao Brasil, existiam aproximadamente, 3,5 milhões de indígenas e mais de 1,5 mil diferentes etnias. Os estudos estimam que cerca de 1,2 mil línguas eram faladas.

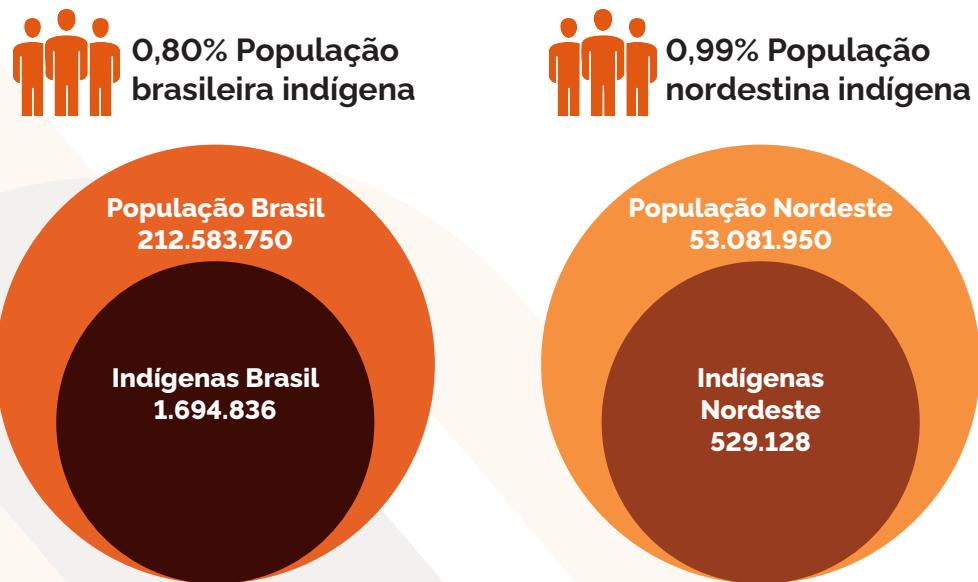
1.694.836 indígenas

350 etnias

274 línguas e dialetos

Atualmente a população indígena do Brasil, segundo Censo 2022, é de quase 1,7 milhão de pessoas distribuídas ao longo de todo o território nacional.

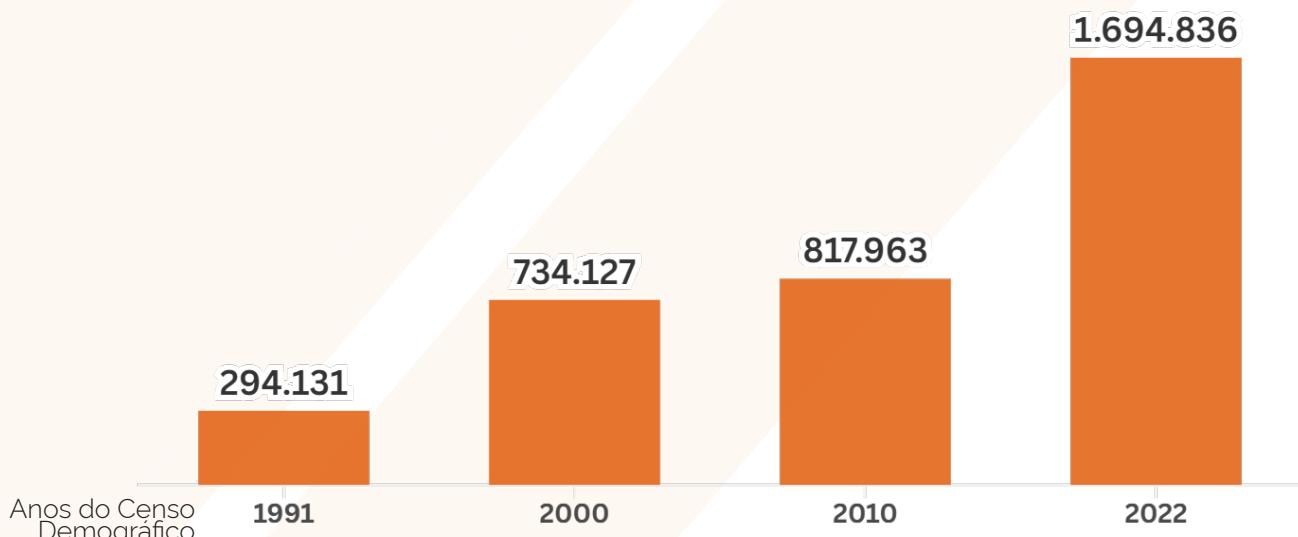
Panorama da população indígena - 2022



Em relação aos Censos anteriores, é observado que o número de pessoas indígenas no Brasil aumentou progressivamente. De acordo com os dados do IBGE 2022, esta categoria populacional cresceu sete vezes mais em relação ao primeiro Censo realizado, em 1991.

Apenas no período de 2010 a 2022, um aumento de quase 89% foi observado, com um incremento de 797 mil pessoas. O gráfico abaixo demonstra o crescimento da população indígena do Brasil no período de 1991 a 2022. Esse aumento não pode ser explicado unicamente por fatores de ordem demográfica (como fecundidade, mortalidade e migração, entre outros fatores). O IBGE enfatiza que há questões ligadas a inovações metodológicas implementadas para o Censo 2022, além do aumento da cobertura. É preciso destacar também a criação de políticas afirmativas nos últimos 30 anos, que possibilitaram a autoafirmação das populações indígenas.

População Indígena no Brasil – 1991 a 2022

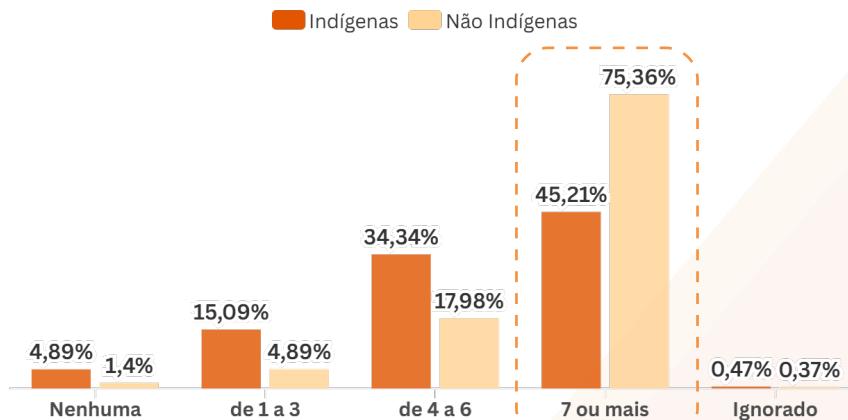


Fonte: IBGE. Censos Demográfico

Os povos indígenas enfrentam múltiplas vulnerabilidades – econômicas, políticas, sociais, físicas e culturais – que são agravadas por uma visão distorcida sobre seus modos de vida e organização. A falta de reconhecimento de suas especificidades culturais e a persistência de uma abordagem tutelar e centralizadora dificultam a garantia efetiva de seus direitos individuais e coletivos.

Por exemplo, a realização de consultas pré-natal é de extrema relevância para a saúde das mães e dos bebês. Entretanto, há uma elevada disparidade entre a quantidade de consultas realizadas pelas gestantes indígenas e não-indígenas no Brasil. Em 2022, cerca de 75% das gestantes não-indígenas frequentaram 7 ou mais consultas pré-natais, ao passo que apenas 45% das indígenas acessaram esse mesmo número de consultas. No outro extremo, as gestantes indígenas são a maioria das gestantes que não realizaram consulta pré-natal alguma (4,89% contra 1,4%) e das que realizaram apenas 1 a 3 consultas (15,09% contra 4,89%).

Consultas de Pré-Natal Entre Gestantes Indígenas e Não-Indígenas - Brasil - 2022



Três quartos das gestantes não indígenas têm acompanhamento pré-natal acima do mínimo recomendado. **Entre as indígenas, esse percentual não chega nem à metade.**

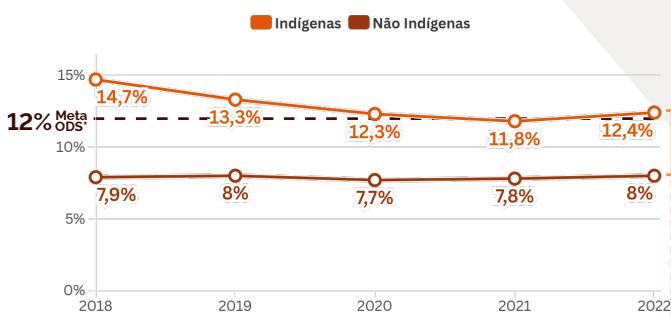
Fonte: DATASUS, através da base de dados Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC, 2024

O menor acesso a consultas pré-natal eleva os riscos tanto para a mãe quanto para o bebê. Isso se reflete na taxa de mortalidade neonatal, com a taxa para a população indígena sendo substancialmente superior à taxa para a população não-indígena. Entre 2018 e 2022, a mortalidade neonatal para os indígenas reduziu de 14,7 mortes a cada 1.000 nascidos vivos para 12,4, porém ainda é mais alta que a Meta ODS (12). No que se refere à mortalidade de crianças até 4 anos, a disparidade entre indígenas e não-indígenas é ainda maior. Entre 2018 e 2020, a taxa para os indígenas diminuiu de 34,9 para 29,6, no entanto, nos dois anos seguintes voltou a subir, chegando a 34,7 em 2022. Ademais, durante os cinco anos observados, a taxa da população indígena esteve sempre bastante superior à Meta ODS de 25 mortes a cada 1.000 nascidos vivos.

Mortalidade Neonatal e de Crianças Até 4 Anos Entre Indígenas e Não-Indígenas - Brasil – 2018-2022

Neonatal

Mortalidade de bebês até os 27 dias a cada 1.000 nascidos vivos



Apesar de ter caído de 2018 a 2022, a mortalidade entre bebês indígenas segue **55% superior à de não indígenas**.

Crianças

Mortalidade de crianças até os 4 anos a cada 1.000 nascidos vivos



O número de mortes de crianças indígenas de até 4 anos é **mais que o dobro** das mortes entre crianças não indígenas.

* Os números se referem à taxa de mortalidade a ser alcançada em cada faixa etária segundo a meta 3.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Os dados sobre emprego, desemprego, participação em emprego formal ou informal, por exemplo, podem fazer observar de forma parcial as dinâmicas das relações de trabalho e produtivas para essas populações. Nesse sentido, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho¹, entre 2019 e 2021, 16% da população indígena da América Latina realizava trabalho familiar não remunerado, ao passo que esse número correspondia a 4% na população não indígena. A proporção da população indígena em autoemprego (47%) também é maior que a não indígena (36%). Por outro lado, 37% da população indígena realizava trabalho assalariado, enquanto esse número era de 61% para a população não indígena. Dessa forma, as dinâmicas das relações de trabalho da população indígena estão mais relacionadas ao trabalho informal.

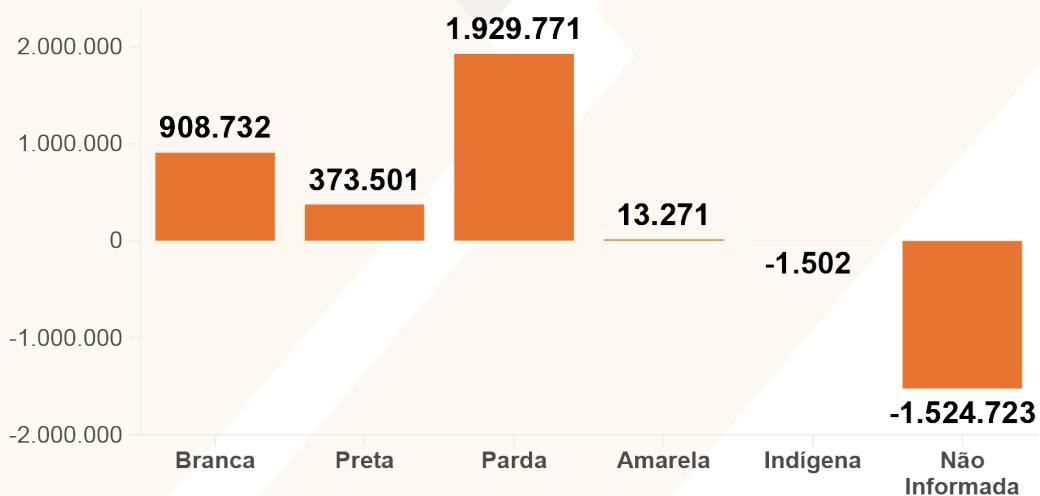
Na região Nordeste especificamente, os dados que demonstram a participação da população indígena no mercado de trabalho são escassos. Entretanto, de acordo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2022, os estudos apontam que 59% dos indígenas do Brasil estão inseridos, contudo, uma taxa menor quando comparada às outras categorias populacionais. Nas populações brancas e amarelas uma taxa de 63% é observada, enquanto nas pretas ou pardas, a participação no mercado de trabalho é de 62%.

A população indígena também apresenta a maior taxa de participação no emprego informal, caracterizado principalmente, pela venda de artesanatos típicos, são 48,5%, enquanto pretos e pardos é 44,5%, e nos brancos e amarelos, a taxa de informalidade é de 33,3%.

Em relação ao indicador desemprego, esta categoria populacional ocupa a segunda posição, 9,9% dos indígenas estão desempregados, enquanto nas populações brancas e amarelas o percentual é 6,8%. A primeira posição é ocupada por pretos e pardos que apresentam 10,2%, segundo dados da mesma pesquisa.

Em termos de empregos formais, **no ano de 2024 houve mais demissões que contratações de pessoas indígenas no Brasil**, resultando em um saldo negativo de 1.502, de acordo com os dados do Novo Caged.

Saldo de postos de trabalhos por Raça ou Cor – Brasil - Acumulado de 2024



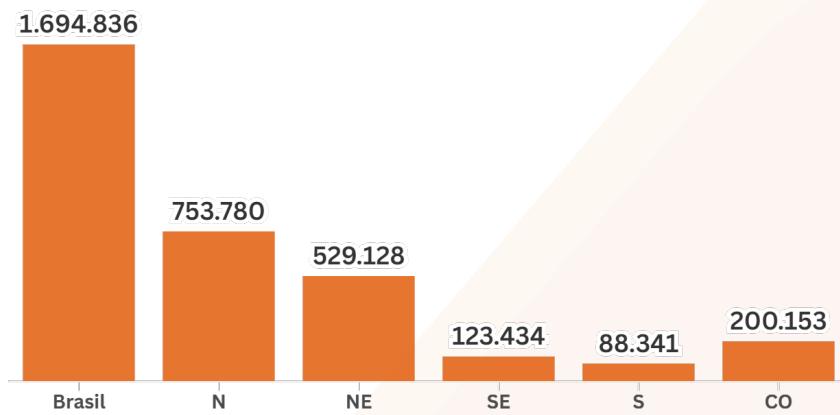
Fonte: MTE. CAGED (2024)

A análise das características das populações indígenas do Nordeste representa o primeiro passo para o mapeamento da complexidade de suas formas de vida e das desigualdades que as afetam, e permite fundamentar o planejamento de políticas públicas numa perspectiva intercultural, mais bem direcionada e apropriada às particularidades do Nordeste.

População Indígena no Nordeste

A região **Nordeste** assume um papel de destaque em relação à quantidade de pessoas indígenas no país. A região **ocupa a segunda posição em números absolutos, com 529 mil, cerca de 31,2% do total nacional**. Como demonstra o gráfico, o Nordeste fica atrás apenas da região Norte, com 753 mil, valor que corresponde a 44,4% de toda a população indígena nacional.

População indígena no Brasil e grandes regiões - 2022



Fonte: Censo Demográfico 2022.

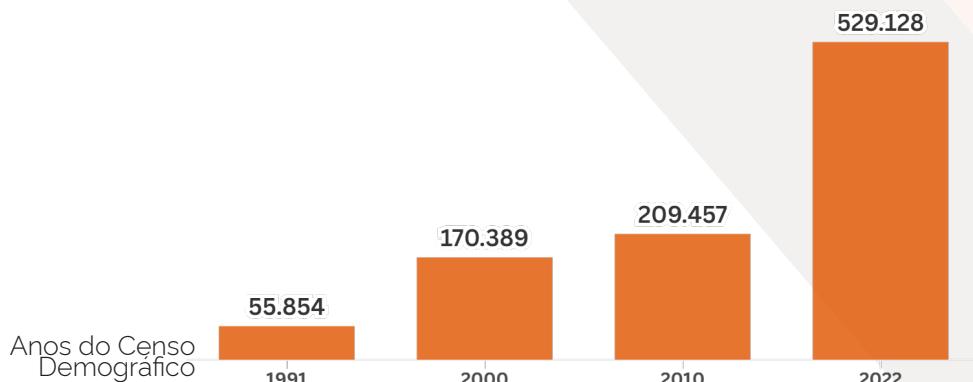
Com esse quantitativo populacional, **o Nordeste abriga** várias etnias indígenas que estão distribuídas dentro os nove estados da região. De acordo com os últimos dados catalogados sobre os povos indígenas do Nordeste, provenientes do Censo 2010, estima-se a existência de aproximadamente, **238 etnias na Região**.

Os indígenas do Nordeste sofreram um longo período de invisibilização, e até meados do século XIX, eram considerados por muitos historiadores como extintos. A Convenção nº 169 sobre "Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes", da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989, trouxe mudanças importantes para as dinâmicas sociais envolvidas nos processos de reconhecimento de tais grupos por parte do Estado brasileiro, de acordo com os rótulos ou etnônimos que eles se auto atribuem.

Esse processo de reafirmação étnica a partir da consciência e autoatribuição de sua identidade indígena ou tribal, conhecido como etnogênese, é observado, principalmente, no Nordeste e em regiões de colonização mais antiga do Brasil. Muitos povos indígenas, que por razão dos diferentes contextos históricos, haviam perdido a capacidade de se autoafirmarem, voltaram a definir sua existência étnica e territorial.

Os números do último Censo 2022 refletem essa realidade, observa-se que nas últimas décadas, a população indígena do Nordeste cresceu, os dados demonstram que entre 2010 e 2022, esse número mais que dobrou na Região, passando de 209.457 para 529.128 indígenas. Esse valor representa um acréscimo expressivo de 319.671 pessoas em relação a 2010.

Quantidade da População Indígena no Nordeste – 1991 a 2022

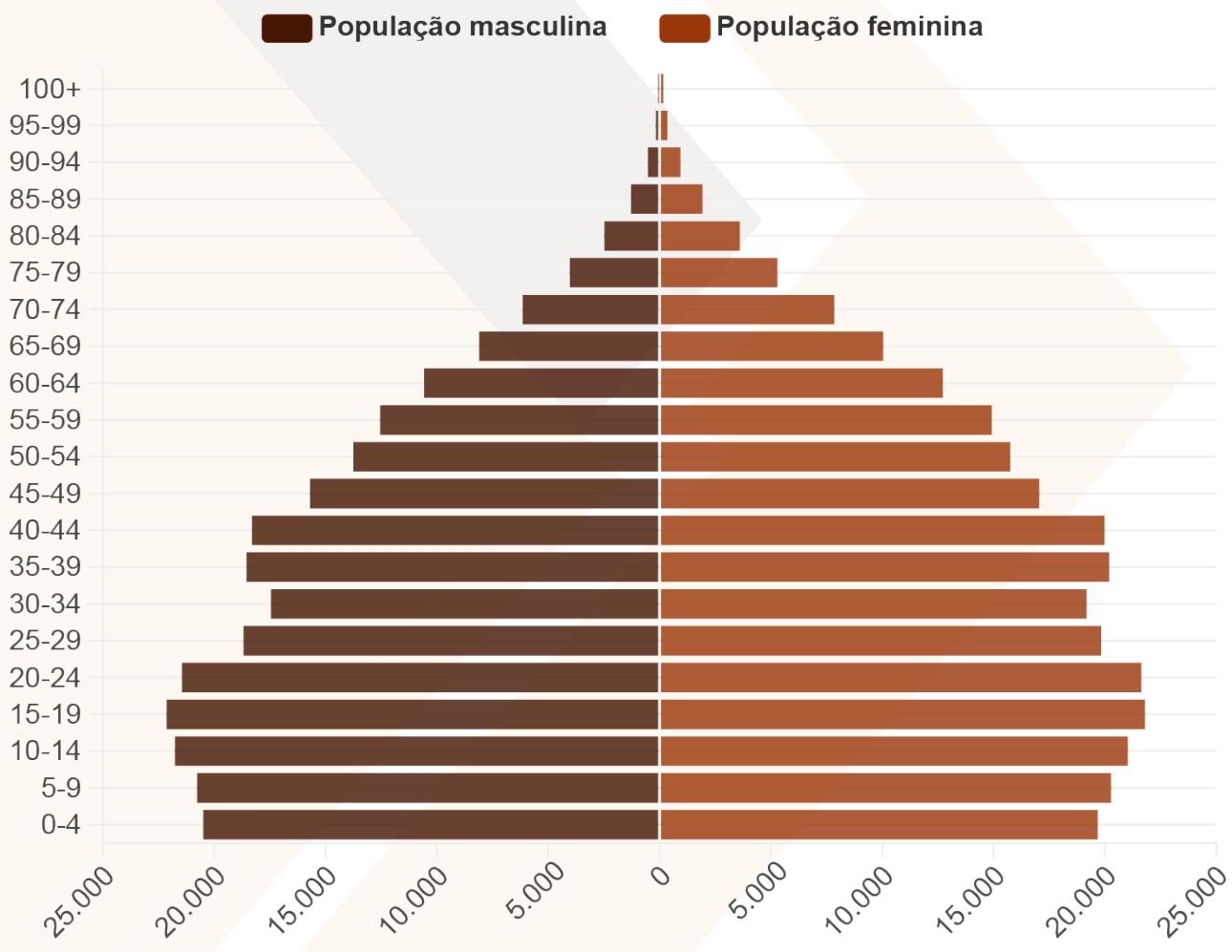


Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1991, 2000, 2010 e 2022

Fatores como uma maior objetividade nos questionários censitários, aperfeiçoamento na elaboração da coleta de dados e a ampliação da taxa de cobertura refletiram consideravelmente na elevação desses números. Entretanto, uma associação de outros indicadores, como taxas de mortalidade e fecundidade é fundamental para uma análise mais precisa sobre os variados aspectos que impactaram esses cenários.

Entre os povos indígenas do Nordeste, observa-se que nascem mais meninos (20.493) do que meninas (19.678) na primeira infância, seguindo um padrão natural de cerca de 105 homens para cada 100 mulheres ao nascer. No entanto, essa proporção se inverte com o passar dos anos. A partir dos 30 anos, as mulheres passam a ser maioria, diferença que se torna ainda mais marcante na velhice - no grupo com 100 anos ou mais, há quase três mulheres (173) para cada homem (59). Essa tendência demográfica ocorre porque os homens indígenas estão mais suscetíveis a riscos ao longo da vida, incluindo violência, acidentes e menor acesso a serviços de saúde. A situação evidencia a necessidade de políticas públicas que considerem essas diferenças para garantir melhor qualidade de vida e saúde para toda a população indígena, em todas as fases da vida.

Pirâmide Etária da População Indígena do Nordeste - 2022

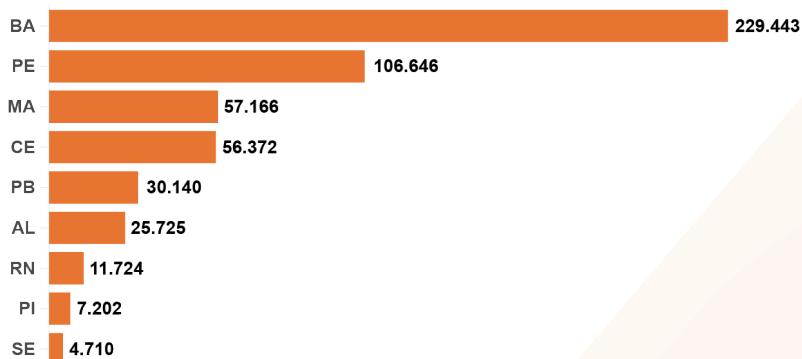


Fonte: Censo Demográfico 2022, IBGE

Em um recorte estadual, é demonstrada uma característica irregular em relação à distribuição desta população no Nordeste. **O estado da Bahia possui a maior quantidade em números absolutos, são 229 mil indígenas**, valor que representa quase a metade de toda a Região, 43,3%

Pernambuco ocupa o segundo lugar, com 106 mil pessoas indígenas, 20% do Nordeste, seguido dos estados do Maranhão e Ceará, com 57 mil (10,8%) e 56 mil (10,6%), respectivamente. O estado do Nordeste que apresenta a menor quantidade de pessoas indígenas é Sergipe, com apenas 4,7 mil, este valor corresponde a 0,89% da população indígena nordestina.

População Indígena dos Estados do Nordeste - 2022



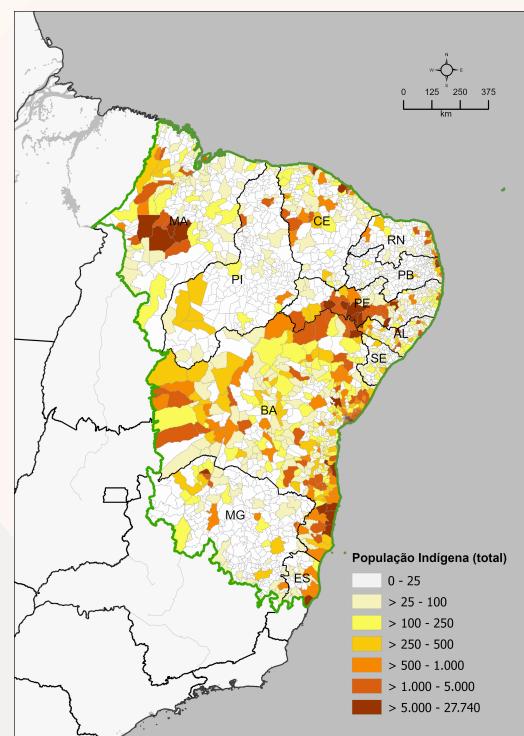
Fonte: Censo Demográfico 2022, IBGE

Ao longo dos séculos, a distribuição da população indígena no Nordeste foi afetada por uma série de fatores históricos em conjunto com as diferentes conjunturas sociais da época.

O início da colonização portuguesa marcou intensamente a vida da população local, principalmente, em relação a distribuição territorial em aldeamentos e às condições de trabalho escravo nas lavouras e engenhos. Fugindo dos frequentes extermínios e das perseguições, muitos grupos se deslocaram forçosamente dos seus territórios de origem e migraram para outras localidades, o que alterou a dinâmica de ocupação da Região.

Atualmente, **cerca de 287 mil indígenas vivem na região semiárida**, o que corresponde a 16,94% do total nacional, uma região impactada historicamente por constantes disputas por posses de terra entre os povos originários e os fazendeiros locais.

Afetada por processos significativos como a colonização e a escravidão, a luta pela demarcação de Terras Indígenas no Brasil, especialmente na região Nordeste, é caracterizada por resistência, conflitos e reivindicações de direitos.



Fonte: Censo 2022. Elaboração: Sudene/SIGMAPAS

População Indígena do Nordeste Áreas Urbana e Rural



914.746 indígenas vivem em áreas urbanas do País

329.639 indígenas vivem em áreas urbanas da região Nordeste



780.090 indígenas vivem em áreas rurais do País

199.489 indígenas vivem em áreas rurais da região Nordeste

Grande parte da população indígena do Nordeste vive em áreas urbanas da Região, conforme o último Censo IBGE, 2022, **são 329 mil, 62,3% de toda a população indígena regional**. Esse cenário não é diferente em quase todos os outros estados da Região.

Em termos percentuais, a distribuição da população indígena nos estados analisados revela contrastes significativos entre áreas urbanas e rurais: a Bahia (78,47%) e Sergipe (82,51%) lideram com os maiores percentuais de indígenas vivendo em cidades, enquanto o Maranhão se destaca com a maior proporção em áreas rurais (79,54%). Por outro lado, o Maranhão apresenta o menor percentual de população indígena urbana (20,46%), e Sergipe o menor em áreas rurais (17,49%). Os demais estados apresentam uma distribuição mais equilibrada, embora com variações consideráveis, como Paraíba (56,37% urbana), Pernambuco (55,10% urbana), Alagoas (57,24% urbana), Ceará (61,09% urbana), Rio Grande do Norte (53,94% rural) e Piauí (48,33% rural).

População Indígena Urbana e Rural - Estados do Nordeste – 2022

UF	Urbana	Rural	Total
BA	180.035	49.408	229.443
PE	58.757	47.889	106.646
MA	11.696	45.470	57.166
CE	34.439	21.933	56.372
PB	16.991	13.149	30.140
AL	14.724	11.001	25.725
RN	5.390	6.334	11.724
PI	3.721	3.481	7.202
SE	3.886	824	4.710

Fonte: Censo Demográfico 2022

Segundo o Censo Demográfico 2022, **mais da metade da população indígena urbana do Nordeste encontra-se fora das terras oficialmente reconhecidas e demarcadas**, são mais de 299 mil, este valor representa 90,8% do contingente, enquanto 30,2 mil estão dentro das Terras Indígenas em áreas urbanas do Nordeste.

Os indígenas que vivem em áreas rurais estão distribuídos de forma bastante equilibrada, 99,8 mil (50%) residem fora das Terras Indígenas, enquanto 99,6 mil (49,9%) vivem dentro das áreas oficiais.

Demarcação do Território

A garantia da sobrevivência e da elevação das condições de vida dos povos indígenas demandam ações efetivas pelo Estado brasileiro e dependem, inseparavelmente, do resguardo e da inviolabilidade de seus territórios tradicionais (IPEA, 2021, p. 2). A Constituição Federal de 1988 (Art. 231) resguarda os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e define como competência da União a demarcação, proteção e o dever de fazer respeitar todos os seus bens.

As terras indígenas são territórios demarcados e protegidos para a posse permanente e o uso exclusivo dos povos indígenas. Reconhecidas como patrimônio da União, essas áreas têm a finalidade de preservar a cultura, as tradições, os recursos naturais e as formas de organização social dessas comunidades, garantindo assim, sua continuidade física e cultural. A demarcação dessas terras busca assegurar a autodeterminação e a autonomia dos povos indígenas, além de proteger seus direitos e promover sua participação ativa na gestão e conservação desses territórios.

Segundo dados da FUNAI (Fundação Nacional do Povos Indígenas) 2024, atualmente **no Brasil, existem 631 Terras Indígenas em diferentes fases do processo demarcatório e 162 territórios em fase de estudo e identificação**. A região Nordeste detém **16,6% deste total, são 105 territórios oficialmente demarcados e reconhecidos legalmente**.

A Bahia apresenta a maior quantidade de todos os estados da Região, são 31 Territórios Indígenas, 29,5% do Nordeste, seguido dos estados do Maranhão com 24 (22,8%) Terras Indígenas e Pernambuco com 19 Terras Indígenas (18%).

Atenção especial para os estados do Piauí e Rio Grande do Norte, que apresentam cada um, apenas 1 Terra Indígena reconhecida oficialmente, representando 0,9% do total.

O processo de demarcação, que consiste na identificação e definição de limites do território, é um processo que ocorre em diversas etapas e deve ser conduzido com vistas a não gerar ou intensificar conflitos fundiários. Sabe-se que os povos indígenas da região Nordeste buscam continuamente pelo reconhecimento dos seus territórios ancestrais, por isso dedicam-se a lutas contínuas pela demarcação de suas terras.

**Quantidade de Terras Indígenas
Estados do Nordeste - 2024**

UF	Terras Indígenas
BA	31
MA	24
PE	19
AL	13
CE	10
PB	4
SE	2
RN	1
PI	1

Fonte: FUNAI 2024

Além dos fatores demográficos e territoriais, é fundamental ampliar a compreensão dos dados socioeconômicos e ambientais para identificar desafios e orientar ações governamentais que promovam melhores condições de vida às populações indígenas, respeitando seus distintos modos de existência.

Situação de Estudo

A Educação Escolar Indígena busca garantir o direito à educação dos povos indígenas por meio de ações que induzem o pleno acesso à educação de qualidade com equidade e condições de permanência. A previsão da formação básica comum com respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais é prevista na Constituição (Art. 210), sendo ainda assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A Educação Escolar Indígena é um instrumento de resgate às memórias indígenas através de ensinamentos da história, tradições e aspectos culturais, contribuindo assim, para a valorização e fortalecimento da identidade indígena. É importante considerar que as populações indígenas, independente das instituições escolares, possuem seus próprios sistemas de aprendizado e compartilhamento de saberes, que é denominado Educação Indígena. Dentro das comunidades, os anciões e mestres dos saberes transmitem aos mais jovens conhecimentos ancestrais difundidos de gerações em gerações. Já a escola, enquanto instituição, é uma consequência do contato desses povos com a sociedade nacional, integrando-se ao conceito de Educação Escolar Indígena. Apesar de prevista na legislação, os desafios encontrados para a implementação da Educação Escolar Indígena ainda precisam ser superados.

A Educação Escolar Indígena é estruturada nos Territórios Etnoeducacionais (TEEs), contando com apoio técnico e financeiro para os sistemas de ensino. O objetivo é fortalecer iniciativas que garantam a proteção e a promoção do direito dos povos indígenas à educação, respeitando seus territórios e assegurando sua participação ativa na organização desse processo.

No Brasil, dados do Censo 2022 demonstram que 84% da população indígena é alfabetizada, são mais de 1 milhão de pessoas. No **Nordeste**, observa-se um percentual equivalente, **82% da população indígena da Região possui a alfabetização, são 332 mil indígenas**. Entretanto, em 2023, o INEP observou que das 178 mil escolas que compõem a rede de ensino básico no Brasil, apenas 2% oferecem educação indígena. Este número é ainda menor, 1,9%, em relação às escolas localizadas dentro das Terras Indígenas que abordam especificamente, conteúdos voltados aos aspectos etnoculturais dessas populações.

Alfabetização da população indígena com 15 anos ou mais – Brasil e Grandes Regiões - 2022.

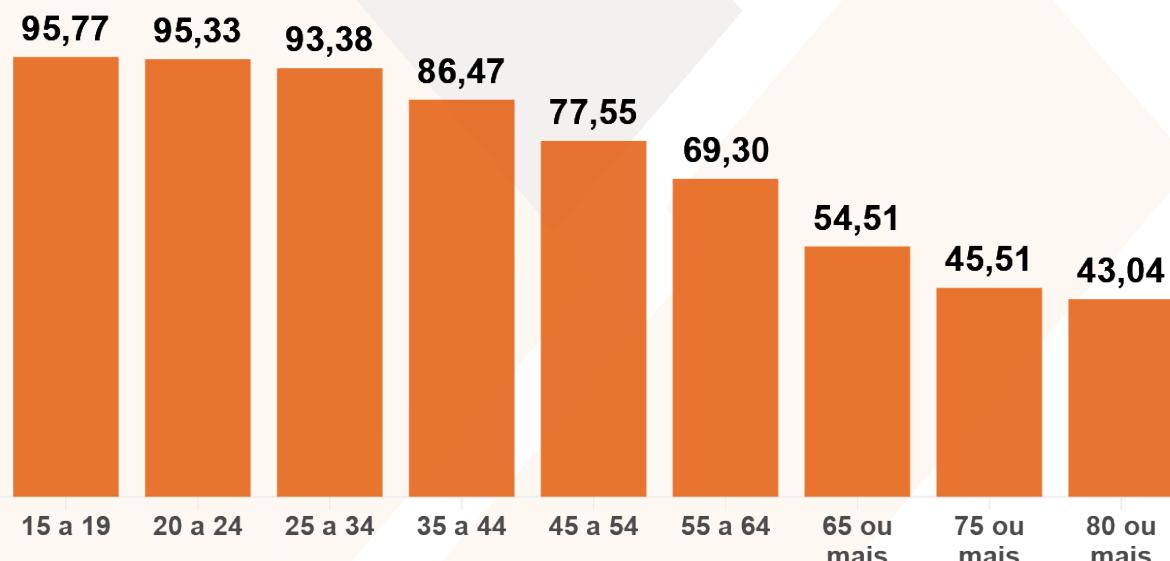
	Brasil	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Alfabetizados	1.008.539 (84,9%)	332.213 (82%)	405.724 (84,7%)	118.992 (87,3%)	93.308 (91,6%)	58.302 (89,4%)
Não alfabetizados	178.707 (15%)	72.919 (18%)	73.118 (15,2%)	17.308 (12,7%)	8.461 (8,3%)	6.901 (10,5%)

Fonte: Censo Demográfico 2022.

Em continuidade, a análise da alfabetização da população indígena por faixa etária revela uma tendência decrescente na taxa de alfabetização à medida que a idade aumenta. Observa-se que **a maior taxa de alfabetização encontra-se na faixa etária de 15 a 19 anos, com 95,77%**, seguida de perto pela faixa de 20 a 24 anos, com 95,33%. A partir daí, há uma queda gradual na taxa de alfabetização. Essa **tendência de declínio se acentua nas faixas etárias mais avançadas**, com 77,55% na faixa de 45 a 54 anos, 69,3% na faixa de 55 a 64 anos, 54,51% na faixa de 65 anos ou mais, 45,51% na faixa de 75 anos ou mais e 43,04% na faixa de 80 anos ou mais.

Essa disparidade na alfabetização entre as faixas etárias mais jovens e mais velhas pode ser atribuída a diversos fatores, como o acesso limitado à educação nas comunidades indígenas e a descontinuidade dos estudos devido a fatores socioeconômicos.

Taxa de alfabetização de indígenas por faixa-etária - Nordeste - 2022



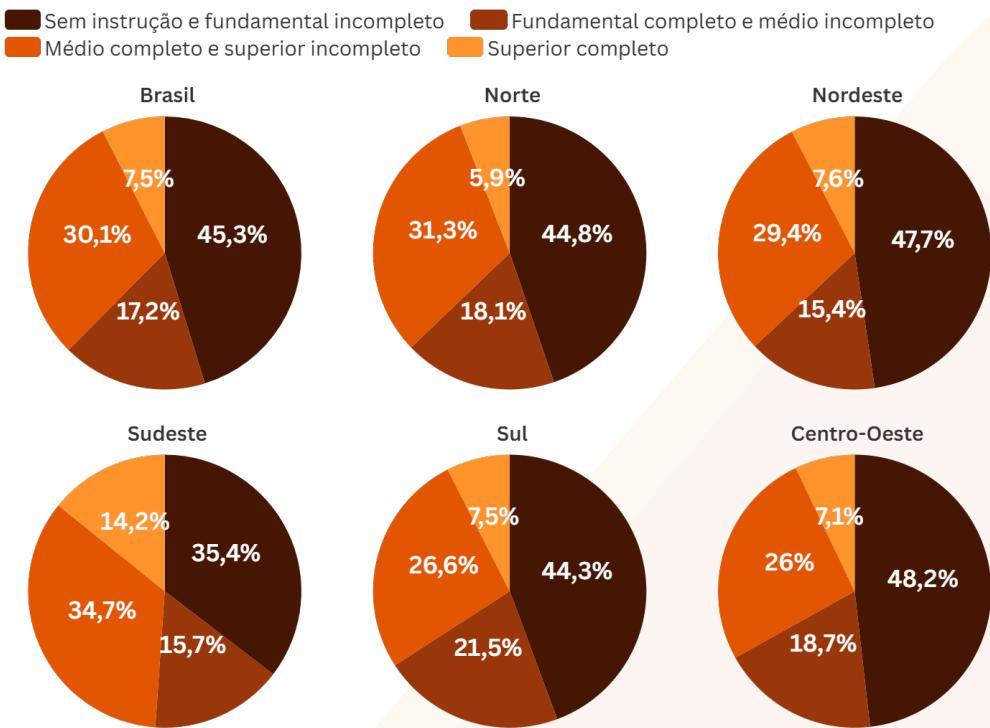
Fonte: Censo Demográfico 2022.

Para garantir uma Educação Escolar Indígena diferenciada e atenta à territorialidade e diversidade étnica, faz-se necessário promover ações de formação de professores, qualificação da infraestrutura física escolar, construção de escolas, apoio à produção de material didático específico e participação social.

Com relação ao grau de instrução da população indígena, os dados indicam que em todas as regiões do Brasil, a maior parte da população indígena não possui instrução ou não completou o ensino fundamental, indicando um desafio significativo no acesso e na permanência na educação básica. No Brasil, 45,3% dos indígenas não têm instrução ou tem apenas o fundamental incompleto, na região Nordeste esse grupo representa 47,7% da população indígena nordestina.

Além disso, no Nordeste, o percentual da população indígena com ensino superior completo, conforme os dados apresentados, é de apenas 7,6%. Esse número, ligeiramente acima da média nacional de 7,5%, ainda indica uma significativa sub-representação desse grupo nos níveis mais elevados de educação.

Grau de instrução da população indígena - Brasil e Grandes regiões - 2022



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2022

A promoção de uma política de equidade na educação, com a inclusão dos povos indígenas no ensino superior e pós-graduação pode fortalecer a presença e o protagonismo dessas populações nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, bem como a participação em espaços políticos e de poder.

Violência contra a População Indígena

Debater aspectos relacionados à violência contra a população indígena, especialmente em regiões como o Nordeste, onde os conflitos são intensos, permite compreender a relação direta entre a proteção territorial e a redução de mortes violentas, reforçando a necessidade de políticas públicas efetivas e do cumprimento das leis que asseguram a vida e a cultura desses povos.

Ao se analisar as taxas de homicídios registrados de indígenas nos estados do Nordeste, no ano de 2022, destacam-se os estados do Rio Grande do Norte (51,9 homicídios registrados por 100 mil habitantes), Alagoas (32,4) e Paraíba (23,3), com taxas superiores à média nacional (21,5 homicídios registrados por 100 mil habitantes). Ainda nesse sentido, o Rio Grande do Norte é único estado do Nordeste, em que a taxa de homicídio registrada para pessoas indígenas é maior em relação a da população geral (51,9 vs. 32,5).

A análise dos dados dos estados do Nordeste revela disparidades significativas nas taxas de homicídios de indígenas, especialmente entre municípios com e sem Terras Indígenas (TIs) demarcadas. No Maranhão, por exemplo, a taxa em municípios sem TIs (1.162,8) é 33 vezes maior do que naqueles com TIs (35,3), evidenciando a extrema vulnerabilidade de comunidades indígenas em regiões sem proteção territorial. Caso semelhante ocorre na Bahia, onde a taxa em áreas sem TIs (231,3) é 14 vezes superior à registrada em municípios com TIs (16,5). Estados como Rio Grande do Norte e Sergipe apresentam números alarmantes em municípios sem TIs (2.150,5 e 925,9, respectivamente), enquanto não há registros de homicídios em TIs nesses locais — possivelmente devido à ausência de territórios demarcados ou à subnotificação.

Chamam atenção o Ceará, Pernambuco e Piauí, onde a taxa de homicídios indígenas em municípios sem TIs (81,1; 354,6; e 83,7) contrasta com a ausência de registros em áreas demarcadas, reforçando a hipótese de que a regularização fundiária inibe a violência. Já Alagoas e Paraíba seguem a tendência nacional, com taxas menores em municípios com TIs (60,8 e 17,3) comparadas às áreas sem TIs (149,6 e 224,2), mas

¹ https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@americas/@ro-lima/documents/publication/wcms_864130.pdf

ainda elevadas, sugerindo que outros fatores (como conflitos agrários ou presença de grupos armados) podem influenciar os índices mesmo em terras demarcadas.

Em síntese, os dados confirmam que **a existência de Terras Indígenas está associada a taxas menores de homicídios indígenas, enquanto a ausência de demarcação expõe essas populações a níveis críticos de violência, especialmente no Nordeste**. Principalmente no estado do Rio Grande do Norte, que apresenta a taxa mais alta da Região (51,9), os dados revelam dinâmicas mais complexas, como disputas por recursos ou falta de políticas públicas específicas..

Taxa de homicídios registrados da população em geral e de indígenas por 100 mil habitantes por município com e sem Terra Indígena, por UF (2022)

UF	População geral	Indígenas	Indígenas em Municípios com TI	Indígenas em Municípios sem TI
Brasil	21,7	21,5	37,1	97,7
AL	33,7	32,4	60,8	149,6
BA	45,1	7,9	16,5	231,3
CE	32,6	5,1	0,0	81,1
MA	27,1	17,8	35,3	1.162,8
PB	27,2	23,3	17,3	224,2
PE	35,2	1,8	0,0	354,6
PI	24,1	14	0,0	83,7
RN	32,5	51,9	0,0	2.150,5
SE	32,7	11,5	0,0	925,9

Fonte: IPEA. Atlas da Violência 2024²

Participação nas políticas públicas

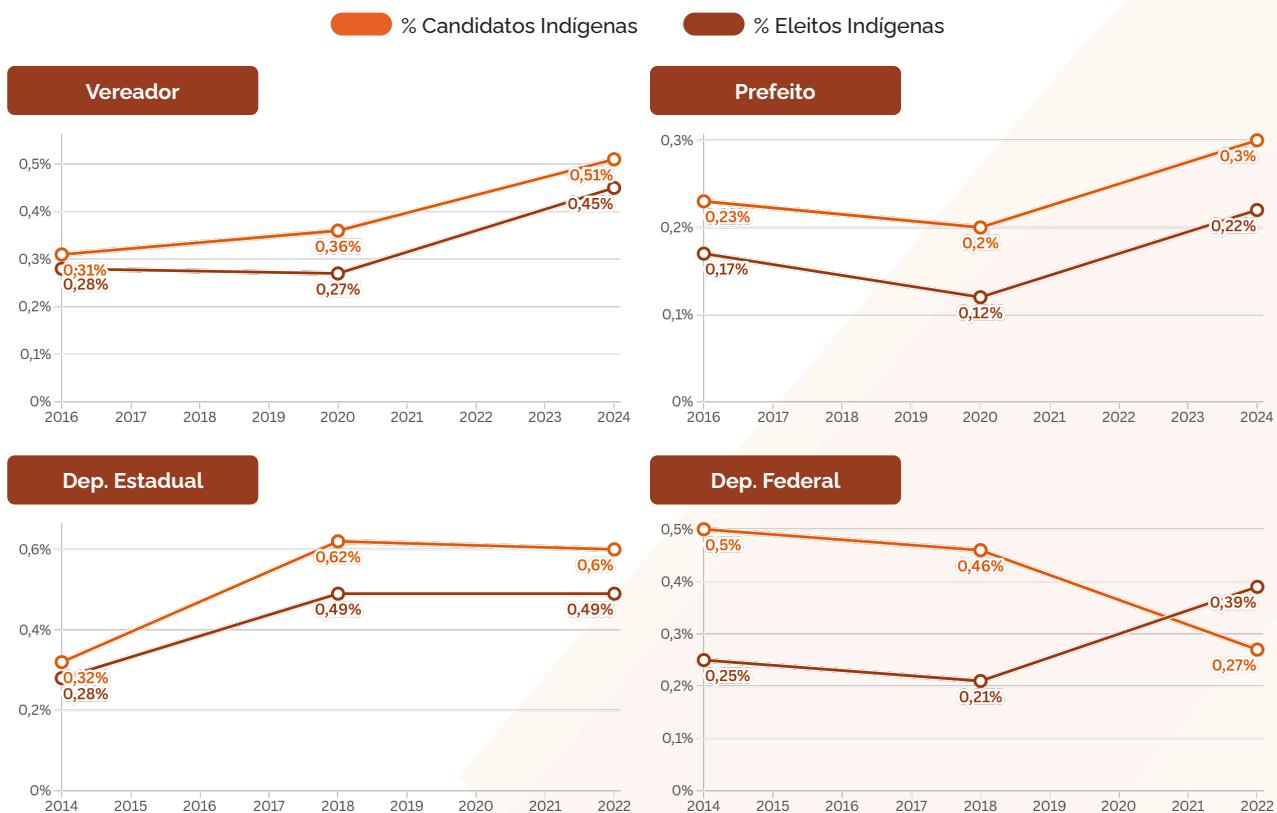
A participação da população indígena na formulação e implementação de políticas públicas é fundamental para garantir o respeito aos seus direitos e a promoção do seu bem-estar. Essa participação pode ocorrer em diferentes níveis, desde a consulta prévia e informada sobre projetos que afetam suas terras e recursos naturais, até a representação em conselhos e órgãos governamentais responsáveis pela elaboração e monitoramento de políticas públicas. A seguir são apresentados dados referentes à participação das eleições e em cargos públicos.

Com relação às **eleições para vereador na região Nordeste**, os dados do TSE indicam que o pleito de 2016 foi disputado por 382 candidaturas indígenas, o que representa 0,31% do total de candidaturas da Região, e foi vencido por 53 candidatos, o equivalente a 0,28% dos eleitos. Entre 2016 e 2020 houve um aumento das candidaturas, passando para 485 (0,36%), porém com um eleito a menos. Já nas **eleições de 2024, houve 567 candidatos indígenas, o que representa 0,51% do total de candidaturas da Região, e 87 candidatos indígenas eleitos, o equivalente a 0,45% dos eleitos**.

No que se refere às **eleições para prefeito na região Nordeste**, os dados do TSE indicam que o pleito de 2016 foi disputado por 12 candidaturas indígenas, o que representa 0,23% do total de candidaturas da Região, e foi vencido por 3 candidatos, o equivalente a 0,17% dos eleitos. Entre 2016 e 2020 houve uma redução tanto das candidaturas quanto dos eleitos indígenas na região Nordeste. As candidaturas passaram de 12 para 11, ao passo que os eleitos passaram de 3 para 2. Esse movimento de redução foi revertido **nas eleições de 2024, nas quais houve 14 candidatos indígenas, o que representa 0,3% do total de candidaturas da Região, e 4 candidatos indígenas eleitos, o equivalente a 0,22% dos eleitos**.

² Nota: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM). Nos casos da taxa de homicídio Geral e Indígena a população foi extraída da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), nas taxas municipais foi utilizado o Censo de 2022. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP. Notas: 1- O número de homicídios na UF e município de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35 - Y36, ou seja, óbitos causados por agressão, intervenção legal e operações de guerra.

Percentual de Candidatos e Eleitos/Suplentes Indígenas nas Últimas Três Eleições para os Cargos de Vereador, Prefeito, Deputado Estadual e Deputado Federal na Região Nordeste



Fonte: TSE

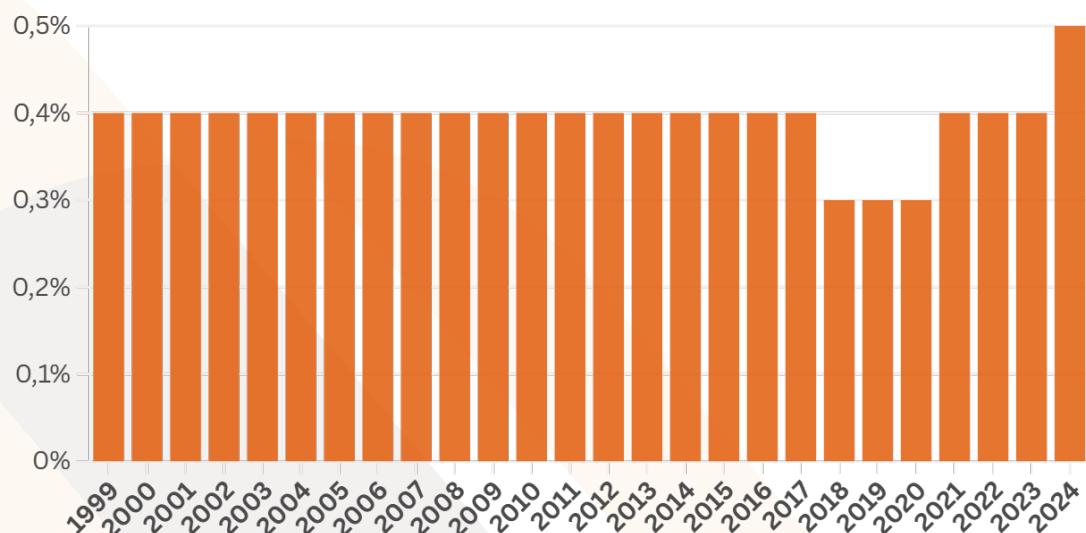
Quanto às eleições para deputados estaduais, em 2014 foram 11 candidaturas indígenas no Nordeste (0,28% de todas as candidaturas), passando para 20 (0,62%) em 2018 e para 21 (0,6%) em 2022. Entretanto, nenhum deles foi eleito. Em 2014, 8 ficaram como suplentes, o que representou 0,32% dos suplentes, número que aumentou para 17 em 2018 (0,62%), passando a 14 em 2022 (0,60%). Já para deputados federais, as candidaturas indígenas no Nordeste vêm se mantendo estáveis em termos absolutos, porém reduzindo em termos relativos, com 8 (0,50%), 9 (0,46%) e 8 (0,27%) em 2014, 2018 e 2022, respectivamente. Assim como para os deputados estaduais, não houve eleito. Em 2014 e 2018, dois candidatos ficaram como suplentes, o equivalente a 0,25% e 0,21% do total de candidaturas, respectivamente, número que passou para 4 (0,39%) na eleição de 2022.

No que se refere às eleições para senador, a região Nordeste apresentou um candidato em 2014, o qual não foi eleito, não apresentou candidato em 2018 e apresentou dois candidatos em 2022, dos quais um foi eleito. Para governador, não houve candidato indígena no Nordeste em 2014, ao passo que em 2018 houve um candidato que não foi eleito e, em 2022, houve um candidato que foi ao segundo turno, mas não foi eleito.

Como já informado, de acordo com o Censo de 2022, 0,99% da população nordestina é indígena. Desse forma, fica evidente a sub-representação nas instâncias de poder que decidem os rumos das políticas públicas. Ademais, **quanto mais sobe a hierarquia do poder, mais alijada está a população indígena.**

Com relação à participação em cargos públicos. No Poder Executivo civil, por mais de uma década e meia, os indígenas representaram por uma proporção de 0,4% dos servidores. Em 2018, houve uma redução para 0,3%, a qual perdurou até 2020, com retorno ao patamar histórico de 2021 a 2023. Finalmente, depois de mais de duas décadas do início da série, a proporção de indígenas ultrapassou a marca de 0,4%, chegando a 0,5% em 2024.

Proporção de Indígenas no Poder Executivo Civil – Brasil - 1999 a 2024



Fonte: MGI. Observatório de Pessoal. 2024

No que se refere aos Cargos de Liderança, considera-se Alta Liderança o conjunto formado pelos DAS-5, DAS-6, Cargos de Natureza Especial e seus equivalentes³, ao passo que a Média Liderança é composta pelos DAS-1, DAS-2, DAS-3, DAS-4 e seus equivalentes⁴. Nesse sentido, do total de 2.425 Cargos de Liderança na região Nordeste, apenas 31 eram ocupados por indígenas em fevereiro de 2025, o que representa apenas 1,28% do total. É possível observar também uma diferenciação de gênero, com as mulheres indígenas correspondendo a 6 Cargos de Liderança enquanto os homens indígenas ocupavam 25.

Por último, com relação aos Cargos de Média Liderança, os indígenas ocupavam 31 dos 2.408 Cargos do Nordeste, o equivalente a 1,29% do total. Para os Cargos de Alta Liderança, por sua vez, nenhum dos 17 Cargos da Região eram ocupados por indígenas.

Distribuição dos Cargos de Liderança por Cor/Etnia e Sexo – Nordeste - (Fev/2025)

	COR/ETNIA	DAS-1	DAS-2	DAS-3	DAS-4	DAS-5	DAS-6	NES
Mulheres	NEGRA	237	76	31	16	1	1	-
	INDÍGENA	3	-	3	-	-	-	-
	AMARELA	7	1	-	-	-	-	-
	BRANCA	220	72	50	23	2	-	-
TOTAL		467	149	84	39	3	1	0
Homens	NEGRA	617	138	97	43	3	-	-
	INDÍGENA	19	-	5	1	-	-	-
	AMARELA	6	1	3	-	-	-	-
	BRANCA	415	150	103	71	8	2	-
TOTAL		1057	289	208	115	11	2	0
TOTAL GERAL		1524	438	292	154	14	3	0

Fonte: MGI. Painel Estatístico de Pessoal. 2025

³ O Relatório Perfil das Lideranças no Governo Federal - Recorte de Gênero, do Poder Executivo Federal, disponível em <https://www.gov.br/servidor/pt-br/arquivos/RLPLiderancaGenerov.20230328.pdf>, considerou como equivalente a DAS-5 os FCE e CCE de nível 15 e 16; como equivalente a DAS-6 os FCE e CCE de nível 17; e como equivalente a Cargos de Natureza Especial (NES) os FCE e CCE de nível 18.

⁴ O Relatório Perfil das Lideranças no Governo Federal - Recorte de Gênero, do Poder Executivo Federal, disponível em <https://www.gov.br/servidor/pt-br/arquivos/RLPLiderancaGenerov.20230328.pdf>, considerou como equivalente a DAS-1 os FCE e CCE de nível 5 e 6; como equivalente a DAS-2 os FCE e CCE de nível 7 a 9; como equivalente a DAS-3 os FCE e CCE de nível 10 a 12; e como equivalente a DAS-4 os FCE e CCE de nível 13 e 14.

Povos/Etnias do Nordeste

Indígenas, segundo o tronco linguístico, família linguística, etnia ou povo.

Macro-Jê	25586	Araweté	1	Desána	4	Arikosé	7
Boróro	31	Asurini do Tocantins	2	Karapanã	8	Atikum	7206
Boróro	27	Parakanã	8	Wanana	3	Baenã	16
Umutina	4	Suruí do Pará	1	Kubeo	8	Borari	1
Guató	2	Ava-Canoeiro	2	Makúna	2	Botocudo	2906
Guató	2	Guajá	453	Siriano	8	Catókin	946
Jê	4934	Guaraní	1010	Tukano	50	Charrua	2
Apinayé	7	Guarani Kaiowá	452	Tuyúca	3	Koiupanká	323
Kanelá	843	Guarani Mbyá	73	Yurutí	6	Jeripancó	1853
Kanelá Apaniekra	7	Guarani Nhandeva	63	Piratapuya	6	Kaeté	78
Kanelá Rankocamekra	1766	Ka'apor	1455	Mirititapuia	25	Kaimbé	950
Gavião Krikatejê	16	Kamayurá	13	Arawá	67	Kalabaça	56
Gavião Parkatejê	3	Amondáwa	6	Banawa	5	Kalankó	270
Gavião Pukobiê	679	Parintintim	13	Dení	1	Kamaká	12
Krahô	9	Uru-Eu-Wau-Wau	4	Jamamadí	4	Kamba	3
Krenyê	10	Kaiabi	6	Jarawára	14	Kambiwá	3650
Krikati	937	Kokama	18	Kanamanti	2	Kambiwá-Pipipá	1444
Kokuiregatejê	1	Kambéba	5	Paumarí	41	Kanindé	361
Timbira	315	Tapirapé	3	Katukina	29	Kantaruré	397
Kaingang	14	Tenetehara	23734	Kanamarí	7	Kapinawá	1907
Kayapó	172	Tembé	39	Katawixí	22	Karapotó	596
Panará	11	Tamoio	4	Makú (Nadahup)	13	Karijó	7
Kisédjê	2	Waiápy	6	Nadéb	13	Kariri	618
Tapayuna	17	Zo'é	2	Nambikwára	31	Kariri - Xocó	2026
Xaciabá	3			Aruak	160	Manduka	4
Xavante	120			Apurinã	8	Hahaintesu	2
Xerente	2			Ashaninka	3	Sarare	7
Karajá	130			Baniwa	15	Wasusu	2
Karajá	107			Kuripako	58	Negaroté	12
Javaé	9			Baré	20	Mamaindê	3
Xambioá	14			Enawenê-Nawé	3	Tawandê	1
Krenák	4			Kinikináu	15	Txapakúra	8
Krenák	4			Manchineri	1	Torá	5
Maxakali	15450			Paresí	3	Pakaa Nova	3
Maxakali	44			Tariana	3	Yanomami	241
Pataxó	12045			Terena	18	Ninám	9
Pataxo Há-Há-Há	3361			Wapixtá	6	Sanumá	2
Rikbaktsa	3			Wauja	6	Yanomán	8
Rikbaktsa	3			Yawalapiti	1	Yanomámi	222
Yaté	5032			Karib	118	Bóra	15
Fulni-ô	5032			Apalái	1	Miránha	15
				Arara do Pará	3	Guaikurú	4
Tupi	27545			Bakairí	15	Múra	9
Arikém	2			Galibi do Oiapoque	4	Múra	9
Karitiana	2			Ingarikó	7	Chiquito	1
Jurúna	33			Kalapalo	2	Chiquitáno	1
Yudjá	31			Kuikuá	3	Jabutí	2
Xipáya	2			Makuxí	36	Arikapú	2
Mawé	26			Kapon Patamóna	13		
Sateré-Mawé	26			Taulipáng	3	Outras etnias cujas línguas isoladas não são classificadas nem em troncos e nem em famílias	65
Mondé	61			Tiriyó	11	Aikaná	24
Arara do Aripuanã	1			Wai Wai	1	Irántxe	1
Aruá	1			Katuena	16	Tikúna	40
Cinta Larga	17			Tunayana	1		
Zoró	37			Waimiri Atroari	2	Outras etnias cujas línguas criolas não são classificadas nem em troncos e nem em famílias	8
Suruí de Rondônia	5			Pano	89	Galibi Marwórno	3
Mundurukú	19			Katukina do Acre	15	Karipúna do Amapá	5
Mundurukú	15			Kaxarari	7		
Kuruáya	4			Kaxinawá	22	Etnias cujas línguas são sem classificação determinada e não são classificadas nem em troncos e nem em famílias	104029
Ramaráma	5			Korúbo	5		
Arara de Rondônia	2			Marúbo	4		
Urucú	3			Maya	21		
Tuparí	3			Shanenáwa	1		
Akuntsú	1			Yamináwa	9		
Sakurabiat	2			Yawanawá	5		
Tupi-Guarani	27396			Tukano	129	Aconá	80
Amanayé	12			Arapáso	4	Aimore	16
Anambé	1			Barasána	2	Anacé	170
Apiaká	10					Araná	7
						Arapiun	1
						Etnias indígenas de outros países	167
						Não determinada	2320
						Mal definida	3572
						Não sabiam	55333
						Sem declaração	13198



 Sudene

MINISTÉRIO DA
INTEGRAÇÃO E DO
DESENVOLVIMENTO
REGIONAL

GOVERNO FEDERAL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO